

A INFLUÊNCIA EUROCÊNTRICA NO PLANEJAMENTO URBANO

João Pedro Ferreira dos Santos¹

RESUMO

Este ensaio analisa a influência eurocêntrica na concepção, produção e percepção do planejamento urbano. A constituição e gestão das cidades é refletida nos projetos de modernidade e processos desenvolvimentistas, a partir de uma análise dos marcos e confluências que marcam os processos de planejar e gerir a urbe.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Eurocentrismo. Cidade.

EUROCENTRIC INFLUENCE IN URBAN PLANNING

ABSTRACT

This essay analyzes the Eurocentric influence on the conception, production, and perception of urban planning. The constitution and management of cities are reflected in modernity projects and developmental processes, based on an analysis of the landmarks and confluences that mark the processes of planning and managing the city.

Keywords: Urban planning. Eurocentrism. City.

¹ Mestrando em Desenvolvimento Social (Unimontes) e graduado em Arquitetura e Urbanismo (Afyá Montes Claros).



PERCEPÇÕES SOBRE O EUROCENTRISMO

Habitualmente, a expressão 'Modernidade' tem sido utilizada para descrever o resultado do processo de avanço de países rumo ao desenvolvimento. Em contrapartida, o termo 'Desenvolvimento' tem sido utilizado sob diversas perspectivas, cada uma contribuindo de forma distinta para a compreensão do fenômeno. Desenvolvimento deriva de 'desenvolver' e pode ser entendido como um processo de evolução ou maturação, comumente associado à melhoria de um sistema — biológico, social ou ambiental — e seu aperfeiçoamento. Ao longo dos anos, esteve em voga na retórica hegemônica de países euronorteamericano como patamar de modernidade, tornando-se um parâmetro de ascensão imposto às mais diversas sociedades globais como condição para o progresso.

Vinculado a essa dinâmica, o termo desenvolvimento deu origem à expressão 'subdesenvolvimento', que, à medida que novos discursos surgiram, ganhou relevância no panorama mundial. O subdesenvolvimento refere-se aos contextos em que, devido a uma série de fatores, o avanço é inferior ao observado em sistemas mais avançados. Com a globalização, surgiu a dicotomia entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos — atualmente reescrita como países em desenvolvimento — destacando os estigmas associados às sociedades que estão aquém da condição de progresso.

Essas percepções não se limitam a um único campo, sendo observáveis nas diversas estruturas organizacionais da sociedade - social, política, econômica, cultural, entre outras. O pensamento desenvolvimentista de modernidade, promovido pela hegemonia dominante como solução para o suposto atraso de outras nações, têm contribuído para a disseminação de modelos que comprometem o processo de autorreconhecimento nacional. Dessa forma, os povos são levados a se encaixar em padrões eurocêntricos preestabelecidos, sem uma reflexão interna sobre sua organização, seus recursos e seus próprios objetivos.

As implicações desse processo traduzem-se num cenário onde a posição de subdesenvolvido suscita na busca pela superação. Ora, para se libertar das amarras



do retrocesso, seria necessário se espelhar nos avanços de países como Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, entre outros. Neste contexto, o estado de desenvolvido e de subdesenvolvido criaram uma métrica para estabelecer a condição política, social e econômica de uma nação, etiquetando países em um atlas de globalização. Essa dinâmica tornou-se especialmente evidente nos países do Sul, onde a colonização imposta pelo Norte consolidou e perpetuou uma situação de dependência, que persiste até os dias de hoje.



Na América Latina, por exemplo, que frequentemente serviu como laboratório das obras eurocêntricas, a imposição de modelos de modernidade continua a ser um obstáculo ao reconhecimento e valorização das identidades locais, reforçando a exclusão cultural e a dependência externa. No entanto, como observa Dussel (1993, p. 16), a percepção não se limita a um único contexto, “Fomos a primeira “periferia” da Europa moderna; quer dizer, sofremos globalmente desde nossa origem um processo constitutivo de “modernização” (embora naquele tempo não se usasse esta palavra) que depois se aplicará à África e Ásia.”

O entendimento dessas regiões — América do Norte e a Europa — enquanto potência global, sustentado por um auto-reconhecimento desenvolvimentista e evolutivo em relação aos outros, condicionou a perpetuação do eurocentrismo. Isso, em essência, enfatiza a influência capitalista nas interpretações sobre os mais diversos povos, desconsiderando sua legitimidade social, cultural, étnica, política e econômica enquanto nação, e reforçando as marcas que as acompanham. Esse processo não apenas distorce a realidade desses povos, mas também perpetua desigualdades e estigmas históricos que continuam a influenciar suas relações internacionais.

Este povo, o Norte, Europa (para Hegel sobretudo Alemanha e Inglaterra), tem assim um "direito absoluto" por ser o "portador" do Espírito neste "momento de seu Desenvolvimento". Diante de cujo povo todo *outro-povo* "não tem direito". É a melhor definição não só de "eurocentrismo" mas também da própria sacralização do poder imperial do Norte e do Centro sobre o Sul, a Periferia, o antigo mundo colonial e dependente. (DUSSEL, 1993, p. 22)

Nesse cenário, a América Latina, assim como acontece com África, ainda que produtos da produção euronorte-americana, encontram-se fora da história mundial, pois a condição de “imaturidade” — primitivos, fracos, incapazes, estagnados — deixa marcas em sua estrutura geopolítica, tornando-os reféns de uma leitura globalizada de si mesmos, reduzidos à signos. (DUSSEL, 1993). Assim, o conceito eurocêntrico, continua a imperar como pressuposto de dominação cultural e econômica, servindo como um plano mestre para a organização geopolítica global.

O espaço urbano não está isento disso. Este se manifesta como local de



diversidade nas relações sociais e econômicas, emergindo como a principal expressão territorial dos desdobramentos do capitalismo. A cidade é um fenômeno típico das civilizações, resultante das ações sociais, políticas e econômicas, das práticas de comunicação e das intervenções humanas, erguendo-se como um simulacro construído e, por vezes, não inteiramente planejado. Contudo, ao serem condicionadas aos planos de ordenamento em prol da modernidade, desconfiguram sua morfologia e submetem os cidadãos urbanos a novas conformações espaciais.



A compreensão dessas concepções corrobora para analisar como o conceito de modernidade imposta pelo eurocentrismo e seus encadeamentos afetam as estruturas sociais. A adoção de padrões de desenvolvimento, frequentemente oriundos de uma visão ocidental dominante, não só distorce a verdadeira essência local, mas também perpetua desigualdades e limitações ao tentar uniformizar a experiência entre diferentes sociedades. Nesse contexto, o espaço urbano pode ser lido como um reflexo de como a importação de planos de ordenamento pode transformar e até desfigurar as características originais e dinâmicas das cidades.

UM OLHAR PARA A MODERNIDADE: O PROCESSO DE IMPORTAÇÃO DAS CIDADES

No contexto urbano contemporâneo, a importação de modelos de planejamento ocidentais têm desempenhado um papel significativo na transformação das cidades. Este cenário decorre de um expressivo desejo de conquista pela modernidade, atrelado às conotações da busca pelo desenvolvimento. Um fenômeno idealizado e disseminado ao longo de décadas para os países denominados subdesenvolvidos como alternativa ao progresso, refletindo desde a cultura até o espectro urbano, conforme relata Horkheimer e Adorno:

Pois a cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança. [...] Os decorativos prédios administrativos e os centros de exposição industriais mal se distinguem nos países autoritários e nos demais países. [...] Os prédios mais antigos em torno dos centros urbanos feitos de concreto já parecem *slums* e os novos *bungalows* na periferia da cidade já proclamam, como as frágeis construções das feiras internacionais, o louvor do progresso técnico e convidam a descartá-los como latas de conserva após um breve período de uso. Mas os projetos de urbanização que, em pequenos apartamentos higiênicos, destinam-se a perpetuar o indivíduo como se ele fosse independente, submetem-no ainda mais profundamente a seu adversário, o poder absoluto do capital. [...] A unidade evidente do macrocosmo e do microcosmo demonstra para os homens o modelo de sua cultura: a falsa identidade do universal e do particular. Sob o poder do monopólio, toda cultura de massas é idêntica, e seu esqueleto, a ossatura conceitual fabricada por aquele, começa a se delinear. Os dirigentes não estão mais sequer muito interessados em encobri-lo, seu poder se fortalece quanto mais brutalmente ele se confessa de público. (1985, p. 99)



Essa conjuntura pode ser observada nos planos de reformulação de Paris, assinados por Eugène Haussmann a pedido do imperador Napoleão III. Haussmann se encarregou de trazer modernidade à cidade de Paris por meio de uma ampla reformulação urbana, que incluiu a demolição de cortiços, a construção de canais de água e esgoto, a abertura de parques e jardins, além da criação de grandes boulevards e outros serviços de infraestrutura. O caráter embelezador e progressista da nova Paris destacou-a como modelo de desenvolvimento, ainda que impregnada de princípios ideológicos de controle — com a contenção de conflitos em uma era de barricadas — e de higienização — com o deslocamento das pessoas que viviam nos cortiços para os subúrbios.



A disseminação dessa padronização perpetua socialmente o sentimento de soberania ocidental, especialmente a euronorteamericana. Assim, a adesão a pensamentos oriundos de outras culturas ressalta um desejo incessante de alcançar a maturação e evolução social, na medida em que tais influências são vistas como caminhos para o progresso e a legitimação dentro de um contexto globalizado. Como afirmam Horkheimer e Adorno (1985), a normatização comportamental imposta pelos agentes da produção em massa introduz no imaginário dos indivíduos a ideia de que os padrões importados são os que atendem à naturalidade, decência e racionalidade esperadas em sociedade.

No Brasil, essa mesma retórica pode ser observada na Reforma de Pereira Passos, que importou as diretrizes urbanísticas empregadas por Haussmann e as aplicou na cidade do Rio de Janeiro. O plano higienista de Passos, focado na revitalização da região central do Rio de Janeiro, consolidou uma nova visão para o arranjo urbano, pautada pela reorganização tanto dos aspectos sanitários quanto sociais, refletindo o modelo de modernização e controle visto em Paris. Essa reforma não apenas transformou a paisagem urbana da cidade, mas também impactou profundamente a dinâmica social, deslocando populações pobres e criando novas áreas de segregação.

Mas a modernidade não esteve marcada apenas na reestruturação de antigas cidades. Da mesma forma, exemplos como Brasília (DF) e Palmas (TO), foram planejadas e construídas com base em estratégias urbanas que refletiam ideais de ordem e progresso, trazendo uma nova visão para o Brasil. Inspiradas nos modelos urbanísticos de Washington, nas Cidades-Jardim de Ebenezer Howard e nas propostas de Le Corbusier, essas cidades brasileiras passaram a refletir a organização espacial de outras localidades.

A vanguarda modernista passou a desconsiderar o contexto local, as características da paisagem, os aspectos sociais e culturais de uma região, em favor da homogeneidade promovida pela globalização. Essa construção passa a ser tomada por um viés tecnocrata preestabelecido, perde-se a condição de identidade, a diversidade e a singularidade dos espaços é sacrificada em prol de padronização



que negligencia a riqueza das especificidades regionais. Essa influência está além do objetificado, do construído; ela também penetra no íntimo do indivíduo, moldando comportamentos e percepções como destacam Horkheimer e Adorno. (1985, p. 34) “O preço da dominação não é meramente a alienação dos homens com relação aos objetos dominados; com a coisificação do espírito, as próprias relações dos homens foram enfeitiçadas, inclusive as relações de cada indivíduo consigo mesmo.”



A produção e/ou reprodução das cidades contemporâneas a partir do século XXI reacendeu um novo olhar sobre o sentido de urbanidade. Este conceito pode ser definido pelo reconhecimento do cidadão como sujeito da urbe e formulador dos significados que lhe são atribuídos, conferindo ao espaço urbano uma série de percepções. Em uma perspectiva atrelada à modernidade, a construção de uma rodovia em um pequeno município poderia ser vista como um sinal de progresso, mesmo que isso implicasse na desconfiguração da morfologia local. Da mesma forma, a canalização de um rio era frequentemente considerada um avanço, apesar de seus impactos sobre o ambiente e as comunidades que dele se apropriavam.

Este contexto faz reverberar inquietações sobre o valor que tem sido atribuído ao lugar, não apenas como uma simples porção do espaço geográfico ou um ponto de localização

— a ser usado como uma mera tela em branco para a reprodução dos anseios capitalistas —, mas como palco para as relações sociais, as manifestações culturais e a autoidentificação de um povo. Assim, o lugar se torna palco onde histórias são contadas, identidades são construídas e resistências são articuladas, atribuindo a ele um significado que transcende sua materialidade e que está intrinsecamente ligado à experiência humana. Contudo, com o advento da modernidade, cabe questionar quais histórias ainda poderão ser contadas.

Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a "forma visível" do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza.
(GIDDENS, 1991, p. 22)

Em consonância a essas percepções, as narrativas do espaço urbano ganham substrato na identificação das relações que levam à sua formação ou reformulação. Essa ideia está vinculada à imagem da cidade, orquestrada pelos reflexos sensoriais causados no indivíduo em razão dos aspectos sociais, estéticos e ecológicos da forma urbana. Esses reflexos ofertados ao espaço - e intrínsecos aos sujeitos - estão ligados àquilo que lhes é devolvido pelo lugar como pano de fundo da vida urbana. No entanto, à medida que o não desenvolvido se vê



estigmatizado e busca alcançar seu progresso, o lugar perde suas significações originais e passa a atuar como um mero catalisador para a implementação de projetos capitalistas.

Giddens (1991) afirma que a rápida ascensão da modernidade é impulsionada por uma sequência de lucros e investimentos, orquestrados pela influência capitalista. Essa dinâmica reverbera em diversos sistemas e instituições, expandindo o capitalismo e moldando a ordem social da modernidade emergente. Dentro dessa perspectiva, cabe analisar as limitações e a



realidade social, cultural, política e econômica de regiões fora do eixo europeu e norte-americano, como a América Latina. Essas regiões, por vezes, se veem reféns de um modelo de desenvolvimento que parte do ponto de vista capitalista, e não considera suas especificidades históricas e contextuais, dificultando sua maturação e tornando seu desenvolvimento falho.

De acordo com Giddens (1991), a cidade pode ser tomada como exemplo. Os novos e modernos núcleos urbanos emergem a partir das cidades tradicionais, anexando-se a elas ou estendendo-se além. O planejamento desse modelo urbano baseado na modernidade, adota novos objetivos, distintos daqueles que caracterizavam as relações da cidade em períodos anteriores, envolvendo transformações significativas e novas dinâmicas urbanas. Esses novos centros urbanos refletem a lógica da racionalidade instrumental, priorizando a eficiência, a funcionalidade e a expansão econômica.

Em meio à dissociação entre progresso e retrocesso, as configurações espaciais se consolidaram e os cenários da cidade moderna contemporânea foram moldados. A produção do espaço se homogeneizou, sua roupagem reflete interesses parcelares, fragmentos de um todo que não se acessa pelo todo. Como resultado, criou-se uma paisagem urbana marcada por disparidades e contrastes, onde áreas de inovação e modernidade coexistem com zonas de atraso e estagnação. A cidade contemporânea, portanto, não se apresenta como um organismo coeso, mas como um produto de diferentes concepções, que revelam as complexidades e contradições da modernidade urbana.

Em um mundo imerso na visão hegemônica de competição, a autoridade técnica, suplementar e ideológica de evolução se impõe globalmente. Se por um lado, sua construção é sustentada pela globalização, por outro, o enraizamento local surge como uma busca pela emancipação. Seus esforços não são irrelevantes e demonstram um sentimento de orgulho nacional, regional, no entanto, a dependência e a influência da globalização continuam a exercer seu impacto. Mesmo nas menores esferas da sociedade, sua presença ainda se faz sentir.



O local e o global, em outras palavras, tornaram-se inextricavelmente entrelaçados. Sentimentos de ligação íntima ou identificação com lugares ainda persistem. Mas eles mesmos estão desencaixados: não expressam apenas práticas e envolvimento localmente baseados, mas se encontram também salpicados de influências muito mais distantes. Até a menor das lojas da vizinhança, por exemplo, pode muito bem obter suas mercadorias de todas as partes do mundo. A comunidade local não é um ambiente saturado de significados familiares, tidos como garantidos, mas em boa parte uma expressão localmente situada de relações distanciadas. E todos os que vivem nos diferentes locais das sociedades modernas estão cômnicos disto. (GIDDENS, 1991, p. 98)



Conforme destaca Giddens (1991), as relações sociais estabelecidas na escala macro da globalização permitem a comunicação entre localidades, mesmo que distantes. Isso reconfigura os eventos locais e, por sua vez, eventos locais podem impactar e até modificar as dinâmicas globais dentro de um processo dialético. Esse fenômeno ilustra como a globalização não apenas cria uma rede interconectada de influências, mas também como as interações podem reverberar e alterar as estruturas e processos. Assim, o cenário global é refletido em uma rede complexa de relações que transcende fronteiras e molda a experiência da modernidade de forma multifacetada.

Ainda que dentro de um processo multiforme, a modernidade, ao se tornar uma racionalidade instrumental, prioriza a eficiência e o controle em detrimento dos valores humanos e sociais, o que leva à alienação e à conformidade com os métodos. Nessa perspectiva, em vez de emancipar, tende a criar uma cultura de massa que uniformiza e controla. Assim, o indivíduo perde sua capacidade crítica, enquanto as diversidades culturais e a pluralidade de pensamentos são ocultados em favor de uma homogeneidade imposta. Esse processo revela as contradições sobre a modernidade, que, ao buscar progresso e desenvolvimento, pode acabar promovendo justamente o contrário: a estagnação do espírito humano e a perpetuação de estruturas de poder opressoras.

O que aparece como triunfo da racionalidade objetiva, a submissão de todo ente ao formalismo lógico, tem por preço a subordinação obediente da razão ao imediatamente dado. Compreender o dado enquanto tal, descobrir nos dados não apenas suas relações espaço-temporais abstratas, com as quais se possa então agarrá-las, mas ao contrário pensá-las como a superfície, como aspectos mediatizados do conceito, que só se realizam no desdobramento de seu sentido social, histórico, humano – toda a pretensão do conhecimento é abandonada. Ela não consiste no mero perceber, classificar e calcular, mas precisamente na negação determinante de cada dado imediato. (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 33)

Essas transformações indicam não apenas uma sistematização física do espaço urbano, mas também uma reconfiguração das estruturas sociais e econômicas. Nesse laboratório de operações, o tecido urbano é moldado a partir da construção e a multiplicação de práticas que determinam o uso do espaço, onde são



inseridos componentes preestabelecidos pela padronização. Embora esses componentes possam diferir entre si, acabam por se complementar concretamente, estabelecendo uma pluralidade de significados. Nesse contexto, as cidades emergem como produtos da atuação e transformação urbanas, refletindo e reverberando os processos políticos e sociais.

Entretanto, ao longo dos anos, a produção do espaço urbano também sofreu percalços. O surgimento de cidades por vezes desordenadas e sem planejamento, estigmatizou inúmeras



sociedades, levando-as a viver em um tecido inconsistente, desigual e apático à infraestrutura adequada para as vivências da população. Embora os anseios e a retórica tecnocrata dos planejadores mostrassem objetivos contrários, essa realidade evidenciou uma discrepância entre o ideal e a prática. A responsabilidade de discernir e estabelecer formas e modelos de ordenamento territorial que possam sanar as crises oriundas da cidade industrial e de sua sociedade capitalista, não foi sanada pela modernidade.

O descompasso entre os ideais modernistas e as realidades vividas nas cidades podem ser observadas em cidades que adotaram esses modelos. Embora a modernidade tenha promovido o urbanismo como um caminho para o progresso e a ordem, cidades como Rio de Janeiro, Cidade do México, Mumbai, Lagos e Cairo demonstram as limitações dessa visão. Nessas metrópoles, a adoção de práticas urbanísticas inspiradas por países desenvolvidos não conseguiu mitigar os efeitos do crescimento desordenado, resultando em uma urbanização caótica. A modernidade, ao impor padrões eurocêntricos de desenvolvimento, muitas vezes ignorou as especificidades culturais, sociais e econômicas locais, contribuindo para a perpetuação de desigualdades e a fragmentação do tecido urbano.

Isso evidencia que a modernidade, em vez de resolver os problemas urbanos, muitas vezes os agravou ao tentar aplicar soluções universais a contextos variados, negligenciando a necessidade de abordagens mais contextualizadas localmente. Eis a crítica ao mito da modernidade. Em suas considerações, Dussel (1993) destaca que a superioridade autodefinida por uma cultura impõe à outra a sensação de inferioridade, colocando-a em um estágio de barbárie e imaturidade. Esse processo resulta na responsabilização de culpa à cultura considerada inferior, fazendo com que o colonizador veja o colonizado como alguém que está sendo civilizado, como expressão de desenvolvimento e modernidade.

A modernidade enquanto processo de emancipação, visa inferir a dominação, o senhorio hegemônico em virtude da autodefinição de evolução. Entretanto, Dussel (1993), ao contextualizar Ginés de Sepúlveda, considera que o modo de vida dos cidadãos urbanos, assim como as presença de suas construções, não são



argumentos para definir quais povos são civilizados ou não, pois a presença dessas construções e outros processos racionais demonstram o mínimo necessário para atender às suas necessidades naturais, mostrando que esses povos não são totalmente desprovidos de lógica.

A crítica tecida por Dussel à modernidade euronorte-americana, por sua vocação em “encobrir” o outro, desconsiderando suas especificidades e inferiorizando sua cultura, argumenta que a racionalização moderna frequentemente resulta na imposição de uma visão



eurocêntrica sistematizada. Esse discurso universal marginaliza e desumaniza as culturas não ocidentais. Esse fenômeno se reflete no cenário das cidades contemporâneas, moldadas por planos higienistas e progressistas, onde o solo urbano é administrado pelos detentores dos meios de produção. As implicações desse processo se estendem a todos os níveis do espaço geográfico — grandes, médias e pequenas cidades — impactando profundamente a vida das pessoas e seu reconhecimento como cidadãos.

MODERNIDADE EM CRISE

A racionalização moderna não é neutra, mas está imbuída de ideologias que moldam e reforçam relações de dominação e exclusão. Nesse contexto, para Quijano (1988, tradução nossa), a contínua dependência da dominação euronorte-americana na América Latina, impacta diretamente impedindo o desenvolvimento autônomo dessas nações, uma vez que a colonização não finda apenas na subordinação, mas apresenta influências já sedimentadas que perpetuam essa relação de dependência. Essa influência não está apenas em seu passado colonial

O sistema cria um ciclo em que as nações periféricas são constantemente ajustadas para se conformar aos padrões e necessidades dos centros de poder, em vez de desenvolverem soluções e trajetórias próprias. Esse processo perpetua a dependência global e reforça uma hierarquia internacional que privilegia o domínio das nações centrais. Assim, a modernidade e suas formas de racionalização, longe de serem universais e neutras, revelam-se como instrumentos de manutenção e aprofundamento das desigualdades estruturais, impedindo o surgimento de alternativas genuinamente autênticas e autônomas para os países em desenvolvimento.

A utopia da modernização latino-americana deu origem a praxis essencial ao



projeto progressista da modernidade, o domínio. A imposição desse controle sobre o espaço urbano, os corpos e as subjetividades tornou-se fundamental para a implementação de projetos que visavam moldar as nações — latino-americanas, entre outras. Nesta visão sobre a modernidade, a cultura se configura como um produto incompleto, resultante da reorganização e redirecionamento dos elementos emergentes das relações sociais.

Contudo, quando as instituições de poder são desmanteladas pela ascensão dos dominados à cena principal, os componentes fundamentais da subjetividade cultural tornam-se novamente originais. Esse processo dá origem a uma nova utopia, um novo sentido histórico. Ao emergir dessa dinâmica, surgem novas formas de compreender e organizar a sociedade, desafiando as normas estabelecidas pela modernidade e oferecendo possibilidades



para um futuro que reflete uma pluralidade de perspectivas e experiências.

Em um âmbito mais amplo, essa ímpeto vanguardista, apesar de explicitamente disseminado, não configurou a salvação das demais regiões globais, como a América Latina por exemplo. Como declara Quijano (1988, tradução nossa), a América Latina ainda vive os impactos do fracassado processo de modernização, que impôs à região uma perspectiva de dependência, posicionando-a como receptora tardia das ideias de modernidade e expondo-a a promessas não cumpridas desse projeto. Em consequência, a crise da modernidade ganha corpo, alimentando o debate sob novas perspectivas.

REFERÊNCIAS

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991. 193 p. [Capítulo I] [p. 11-65] LUCIANA MARIA MONTEIRO RIBEIRO e EDSON DOUGLAS BIRINO.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. 223 p. [O conceito de Esclarecimento; e A indústria cultural: o Esclarecimento como mistificação das massas. [p. 17-46 e 99-138] FABIO LUIZ PIMENTEL e VIRGÍNIA FLÁVIO ANDRADE.

QUIJANO, Aníbal. **Modernidad, identidad y utopia en America Latina**. Lima: Sociedad y Política, Ediciones, 1988. [Introdução] e [Modernidad, identidad y utopia en America Latina] [p. 01-07 e 45-69].

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993. 1- [Palavras preliminares; Parte I – Desde o “ego” europeu: o “en-cobrimento” – Conferência 1 - O “eurocentrismo”; Conferência 2 [p. 7-41]

